

SETOR EXTERNO

Contas têm saldo negativo de US\$ 5,1 bi

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 5,121 bilhões em outubro, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2024, o déficit foi de US\$ 7,387 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de ren-

da com outros países. A melhora na comparação interanual é resultado da alta de US\$ 3 bilhões no superávit comercial. Em contrapartida, houve aumento de US\$ 838 milhões no déficit em renda primária, que contabiliza o pagamento de juros e lucros, além de dividendos de empresas.

Já os resultados em renda secundária e em serviços permaneceram estáveis. Nos 12 meses encerrados em outubro, o déficit em transações correntes somou US\$ 76,727 bilhões, o que corresponde a 3,48% do Produto Interno Bruto (PIB - soma dos bens e serviços produzidos no país). **PÁGINA 3**

BNDES

Embraer vai receber R\$ 1 bi para dinamizar exportações

A terceira maior fabricante de aviões do mundo, a Embraer, vai receber um empréstimo de R\$ 1,09 bilhão para produzir aeronaves comerciais que serão vendidas para o exterior. O financiamento foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme comunicado divulgado pelo banco de fomento ontem. Os recursos serão utilizados pela empresa para cumprir cronograma de entregas já acertado com importadores em vários países. A companhia, líder na fabricação de jatos comerciais de até 150 assentos, espera fechar 2025 com um total de 77 a 85 jatos comerciais entregues. No ano passado, o número ficou em 73. Em 2023 foram 64. **PÁGINA 2**

IPEA

Brasil tem melhor renda e menor desigualdade

O Brasil registrou, em 2024, os melhores resultados de renda, desigualdade e pobreza de toda a série histórica iniciada em 1995, segundo nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo foi divulgado nesta terça-feira (25) a partir de dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao longo de 30 anos, a renda domiciliar per capita cresceu cerca de 70%, o coeficiente de Gini (índice que mede concentração de renda) caiu quase 18% e a taxa de extrema pobreza recuou de 25% para menos de 5%. O progresso foi irregular, concentrado entre 2003 e 2014, e retomado com força entre 2021 e 2024. Após um ciclo prolongado de crises entre 2014 e 2021. **PÁGINA 2**

REGALIAS NA PRISÃO

Bolsonaro começa a cumprir pena da PF e não na Papuda



TON MOLINA/STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou ontem, que o ex-presidente Jair Bolsonaro(**foto**) permaneça na Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Ele está preso no local desde sábado passado. Agora, cumprirá a pena de 27 anos e três meses pela trama golpista. Na decisão em que determinou que Bolsonaro continue na sala de Estado-Maior na PF, Moraes ainda determinou a realização de "exames médicos oficiais para o início da execução da pena, inclusive fazendo constar as observações clínicas indispensáveis ao adequado tratamento penitenciário". Transferir Bolsonaro para a Papuda agora provocaria uma comoção popular e política que o STF tenta evitar. Diante do inevitável trauma institucional de prender um ex-presidente condenado por tentativa de golpe, a ordem na Corte é que isso seja feito da forma mais discreta possível. **PÁGINA 6**

Moraes manda Heleno, Paulo Sérgio e Garnier para prisão militar

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou o início do cumprimento das penas dos oficiais-generais condenados por tentativa de golpe de Estado no mesmo processo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os ex-generais Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira e o ex-almirante Almir Garnier ficarão presos em instalação militar. A informação da ordem de detenção para início da pena foi confirmada por integrantes do Exército e da Polícia Federal. **PÁGINA 6**

CONDENAÇÃO



MARCOS OLIVEIRA/AGENCIA SENADO

Moraes comunica a Câmara sobre cassação de Ramagem

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), seja comunicado sobre a perda do mandato do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) (**foto**), que está foragido nos Estados Unidos. Mais cedo, Moraes determinou a execução das penas de Ramagem e de outros condenados pela trama golpista. Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o deputado foi condenado a 16 anos, um mês e 15 dias de prisão na ação penal da trama golpista. Em função da condenação, o STF determinou que Mesa Diretora da Câmara deverá declarar a perda do mandato de Ramagem. A perda do mandato foi decidida no dia 11 de setembro, quando a Primeira Turma da Corte condenou os réus, e deverá ser cumprida agora. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 0,22% / 155.112,38 / 342,28 / Volume: 27.549.853.751 / Negócios: 3.555.892											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			
ABEV3	13,77	+1,10	+0,15	RCSL4	2,71	+6,69	+0,17	OIBR4	1,60	-37,01	-0,94
B3SA3	13,98	+0,65	+0,09	DASA3	2,87	+6,69	+0,18	AZUL4	0,86	-12,24	-0,12
AZUL4	0,86	-12,24	-0,12	HAGA3	1,82	+5,81	+0,10	SEQL3	0,640	-9,86	-0,070
CSAN3	5,91	+1,03	+0,06	MGEL4	6,00	+5,45	+0,31	UNIP5	61,00	-9,06	-6,08
ITUB4	39,82	-0,38	-0,15	IGTI3	3,00	+5,26	+0,15	BGIP3	31,50	-7,43	-2,53

Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,36% (out.)	EURO turismo	
		Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,09% (out.)	Compra: 6,2900	
		Taxa Selic	(05/11)	CDI	(05/11)	DÓLAR Ptax - BC	
		TR	(25/11)	OURO	14,90%	Compra: 5,3948	
		Poupança	(25/11)	BM&F/grama/RJ	R\$ 723,27	DÓLAR comercial	
				EURO Comercial	Compra: 6,2173	Compra: 5,3943	
					Venda: 6,2179	DÓLAR turismo	
						Compra: 5,4151	
						Venda: 5,5951	

DEBATE

Fim da escala 6x1 pode ter transição para micro e pequenas empresas

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou, ontem, que o debate sobre o fim da escala 6x1 vai envolver uma transição para micro e pequenas empresas. Segundo ele, a discussão deverá ser feita no âmbito legislativo no momento da aprovação do texto.

“É difícil a gente antecipar qual é o formato, porque isso demanda cálculos de impacto fiscal. Mas têm caminhos, caminhos que podem ser com estímulo ou desoneração fiscal para os pequenos, ter um grau de compensação”, disse, em entrevista à Agência Brasil e TV Brasil, após participação no programa Bom dia, Ministro, em Brasília.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2025 que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) foi protocolada na Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano. A PEC estabelece a jornada de trabalho de, no máximo, 36 horas semanais e 4 dias de trabalho por semana, mas há outras propostas no Congresso que tratam sobre redução de jornada.

O projeto sofre resistência de setores empresariais que

alegam que a medida levaria ao aumento dos custos operacionais das empresas com a contratação de mais trabalhadores. Para Boulos, o governo e o parlamento têm a compreensão que será necessário construir caminhos para que os pequenos negócios não “fiquem na chuva”.

“Nós temos que separar muito bem o que é o grande empresário, a corporação, o banqueiro e o que é o pequeno. Aquele lá que tem uma officinazinha, que tem um lugar para comer, que tem um negócio ali com três, com cinco funcionários, Para esse pequeno você tem que ter um modelo de transição para que a sustentabilidade do negócio não seja prejudicada com fim da escala 6x1”, disse.

“Agora, para o grande [empresário], esse consegue seguir [os custos]”, acrescentou.

Segundo Boulos, a carga horária imposta afeta milhões de trabalhadores que não tem tempo para o mínimo. “É você, às vezes, ter sua folga num dia de semana em que sua esposa está trabalhando, os seus filhos estão na escola, você não consegue conviver com a sua família, não consegue cuidar da casa, ter um tempo para curtir um lazer, para se formar num curso”, exemplificou.

LONGO PRAZO

Caixa volta a financiar indústria naval em contrato com Camorim

GABRIELA DA CUNHA/AE

A Caixa Econômica Federal (CEF) formalizou ontem, o retorno como agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em contratos de longo prazo após um intervalo de mais de uma década. O contrato foi firmado com a Camorim Serviços Marítimos, empresa 100% brasileira com sede em Niterói (RJ), para o financiamento de uma embarcação do tipo rebocador.

O investimento, no valor de R\$ 30 milhões, servirá para ampliar a frota da empresa, que tem 30 anos de atuação no setor marítimo nacional, e reduzir a necessidade de afretamentos. O contrato oferece carência de 12 meses e pode ser amortizado em até 148 meses.

Desde 2014, a Caixa manteve apenas operações de crédito de curto prazo ao setor. Segundo a diretora de Rede Atacado do banco, Suely Patrão, a instituição está pronta para "atender a demanda e, com isso, aperfeiçoar a política de crédito para a indústria naval do país".

Criado para estimular a modernização da frota e consolidar a indústria de construção e reparação naval, o Fundo da Marinha Mercante (FMM) é um fundo de caráter contábil. Sua gestão é realizada pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), sendo o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) a base principal de financiamento.

Nota

HÁ GRANDE PROBABILIDADE DE TRUMP ANUNCIAR NOVO PRESIDENTE DO FED ANTES DO NATAL

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, afirmou, em entrevista para a CNBC ontem, que o presidente norte-americano, Donald Trump, pode anunciar o novo presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central do país) - que sucederá Jerome Powell -, antes do Natal deste ano. Segundo ele, há cinco fortes candidatos para o cargo. Bessent defendeu que é hora de o BC norte-americano passar a ter um "papel secundário", sendo responsável apenas por estabelecer a política monetária do país e trabalhar pelos americanos. Em relação ao atual nível dos juros, o secretário avaliou que os diretores do Fed parecem estar inclinados a reduzir as taxas de juros na reunião de dezembro e reiterou que o shutdown reduziu o Produto Interno Bruto (PIB) do país em 1,5%, representando um impacto de pelo menos US\$ 11 bilhões.

IPEA

Brasil tem melhor renda, menor pobreza e desigualdade

O Brasil registrou, em 2024, os melhores resultados de renda, desigualdade e pobreza de toda a série histórica iniciada em 1995, segundo nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo foi divulgado nesta terça-feira (25) a partir de dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao longo de 30 anos, a renda domiciliar per capita cresceu cerca de 70%, o coeficiente de Gini (índice que mede concentração de renda) caiu quase 18% e a taxa de extrema pobreza recuou de 25% para menos de 5%.

O progresso foi irregular, concentrado entre 2003 e 2014, e retomado com força entre 2021 e 2024. Após um ciclo prolongado de crises entre 2014 e 2021 — marcado por recessão, lenta recuperação e forte impacto da pandemia — a renda per capita atingiu seu menor patamar em uma

década. A trajetória mudou a partir de 2021: em três anos seguidos, a renda média cresceu mais de 25% em termos reais, maior avanço desde o Plano Real, acompanhado de queda expressiva na desigualdade.

“Os resultados mostram que é possível reduzir intensamente a pobreza e a desigualdade, mas que esses movimentos também podem ser interrompidos ou mesmo revertidos por vários fatores. E que é importante combinar diferentes meios para alcançar esses objetivos fundamentais do país”, destacou Marcos Dantas Hecksher, autor do estudo ao lado de Pedro Herculano Souza.

Os pesquisadores atribuem a melhora recente ao aquecimento do mercado de trabalho e à expansão das transferências de renda, ambos responsáveis por quase metade da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza entre 2021 e 2024. Programas como Bolsa Família, Be-

nefício de Prestação Continuada, Auxílio Brasil e Auxílio Emergencial se mostraram mais efetivos após 2020.

No entanto, o efeito das transferências perdeu força em 2023 e 2024 com o fim do ciclo de expansão, enquanto o mercado de trabalho manteve forte influência sobre os indicadores sociais.

“As desigualdades precisam ser combatidas por meio de todas as políticas públicas. Não apenas por melhor direcionamento de gastos sociais aos mais pobres, mas também por uma distribuição mais justa dos impostos. É importante promover a produtividade do trabalho dos mais pobres e, ao mesmo tempo, reduzir a fatia dos recursos públicos que precisa ser destinada ao pagamento de juros da dívida pública aos mais ricos”, diz Hecksher.

Em 2024, o país registrou os menores níveis de pobreza da série. Ainda assim, 4,8% da população vivia abaixo da linha de extre-

ma pobreza (US\$ 3 por dia) e 26,8% abaixo da linha de pobreza (US\$ 8,30 por dia). Mais de 60% da redução da extrema pobreza entre 2021 e 2024 decorreu da melhora distributiva, segundo a decomposição apresentada pelo estudo.

A nota técnica aponta que o avanço observado no pós-pandemia tende a perder ritmo com o encerramento da expansão das políticas assistenciais, tornando o mercado de trabalho ainda mais determinante nos próximos anos. Os autores alertam que pesquisas domiciliares tendem a subestimar rendimentos muito altos e parte das transferências sociais, o que exige cautela na leitura dos resultados.

O documento conclui que o período recente marca uma mudança estrutural importante: depois de anos de estagnação ou retrocesso, os indicadores de renda, desigualdade e pobreza voltaram a melhorar ao mesmo tempo e de forma acelerada.

AVIAÇÃO

Embraer vai receber R\$ 1 bilhão do BNDES para dinamizar exportações

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A terceira maior fabricante de aviões do mundo, a Embraer, vai receber um empréstimo de R\$ 1,09 bilhão para produzir aeronaves comerciais que serão vendidas para o exterior. O financiamento foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme comunicado divulgado pelo banco de fomento ontem. Os recursos serão utilizados pela empresa para cumprir cronograma de entregas já acertado com importadores em vários países.

A companhia, líder na fabricação de jatos comerciais de até 150 assentos, espera fechar 2025 com um total de 77 a 85 jatos co-

merciais entregues. No ano passado, o número ficou em 73. Em 2023 foram 64. Somando aviões comerciais e aeronaves de defesa e segurança foram 206 entregas em 2024 e 181 em 2023.

Os recursos para o empréstimo são da linha de financiamento Exim Pré-embarque, voltado para exportadores, com taxas de juros formadas por custo financeiro, taxa do BNDES e taxa de risco de crédito.

RECORDE DE PEDIDOS

De acordo com o presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, a empresa vivencia um recorde no volume de pedidos e “ritmo sólido de vendas”.

“Estamos realizando investimentos significativos para atender à crescente procura por nos-

sos produtos e o financiamento do BNDES é fundamental para apoiar iniciativas que visam aumentar a capacidade de produção e acelerar as entregas nos próximos anos”, disse no comunicado do banco.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destaca o fato de o Brasil fazer parte de um “seleto grupo” de países com capacidade de projetar, fabricar e exportar aeronaves comerciais, executivas, de defesa e agrícolas.

“É um setor estratégico, devido à alta tecnologia envolvida, ao emprego de mão de obra com alta capacitação e à capacidade de gerar inovações com impactos positivos na economia do Brasil”, afirmou Mercadante. O banco, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria,

Comércio e Serviços, financiou cerca de US\$ 26,3 bilhões em exportações de aeronaves comerciais da Embraer, apoiando a produção de 1.350 jatos, desde 1997.

EMBRAER

A Embraer tem 23,5 mil funcionários em todo o mundo, sendo 18 mil no Brasil, principalmente na sede em São José dos Campos, em São Paulo.

Há contingente também nas cidades paulistas de Sorocaba, Botucatu e Gavião Peixoto, além de engenheiros em Florianópolis e Belo Horizonte.

A empresa mantém unidades industriais nos Estados Unidos e em Portugal. A maior parte das vendas da Embraer é destinada ao mercado externo.

CONGRESSO

Senadores defendem criação de CPI do Master em sessão com Galípolo

MARIANNA GUALTER E CÉLIA FROUFE/AE

Parlamentares que participam da audiência pública com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo (foto), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado defenderam ontem, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as operações que levaram à liquidação extrajudicial do Banco Master pelo BC na semana passada. A senadora Leila Barros (PDT-DF) destacou que o requerimento para a criação de uma CPI sobre o tema já foi apresentado e conclamou colegas a assinarem o documento.

Para ela, o BC agiu de forma rápida em relação ao caso depois que a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)

aprovou a compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB). A parlamentar também questionou Galípolo sobre se o BRB foi uma “vitima incompetente” do Master ou se tem participação “nessa fraude”, mas o presidente do BC disse depois, de forma geral, que não poderia responder todos os questionamentos porque há pontos de sigilo e também porque a investigação sobre o caso ainda está em curso.

Na mesma linha, o senador Esperidião Amin (PP-SC) disse que um dos pontos mais importantes que a potencial CPI, que já foi assinada por ele, pode revelar é o de apresentar possíveis entendimentos sobre as consequências do caso Master. “Estamos vendo cenas do século passado. Hoje não voto a favor da autonomia do BC. O algoritmo



não mostrou que o crescimento do Master era anômalo? Não confio em quem não tem esse algoritmo”, disse, durante sua participação na sessão da CAE.

Vários outros senadores questionaram o presidente do BC sobre a decisão da autoridade supervisora em relação ao Master. Eduardo Braga (MDB-

AM) chamou o caso de “farra no sistema financeiro”. “O que está acontecendo no Brasil é um escândalo. O Master era uma tragédia anunciada”, avaliou. Jorge Seif (PL-SC) perguntou o porquê de o regulador apenas ter atuado no Master quando a situação se tornou irreversível e insustentável. “O Master não é nem 1% do sistema e vai abocanhar um pedaço do FGC”, comparou, citando o Fundo Garantidor de Crédito.

Já o senador Izalci Lucas (PL-SF) relatou que recebeu material do Banco de Brasília, que chegou a fazer uma negociação para socorrer o Master, argumentando que se tratava de uma operação rentável e interessante. “Hoje vemos que queria uma operação com título padre”, salientou.

OUTUBRO

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 5,1 bilhões

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 5,121 bilhões em outubro, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2024, o déficit foi de US\$ 7,387 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A melhora na comparação interanual é resultado da alta de US\$ 3 bilhões no superávit comercial. Em contrapartida, houve aumento de US\$ 838 milhões no déficit em renda primária, que contabiliza o pagamento de juros e lucros, além de dividendos de empresas. Já os resultados em renda secundária e em serviços permaneceram estáveis.

Nos 12 meses encerrados em outubro, o déficit em transações correntes somou US\$ 76,727 bilhões, o que corresponde a 3,48% do Produto Interno Bruto (PIB - soma dos bens e serviços produzidos no país). Em relação ao período equivalente terminado em outubro de 2024, houve aumento no déficit; naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US\$ 57,341 bilhões, ou 2,57% do PIB.

De acordo com o BC, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, o que se inverteu a partir de março de 2024. Ainda assim, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

BALANÇA E SERVIÇOS

As exportações de bens totalizaram US\$ 32,111 bilhões em outubro, com aumento de 8,9% em relação a igual mês de 2024. Enquanto isso, as importações chegaram a US\$ 25,941 bilhões, com redução de 1,3% na comparação com outubro do ano passado.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 6,170 bilhões no mês passado, ante o saldo positivo de US\$ 3,189 bilhões em outubro de 2024.

O déficit na conta de serviços – viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros – atingiu US\$ 4,372 bilhões no mês passado, ante os US\$ 4,416 bilhões em igual período de 2024.

Houve alta de 142% nas despesas líquidas com serviços de telecomunicação, computação e informações, totalizando US\$ 591 milhões, e de 35,6% em serviços de propriedade intelectual, ligados a plataformas de streaming, para US\$ 995 milhões. As despesas líquidas de transportes diminuíram 18,5%, somando US\$ 1,3 bilhão, refletindo a queda nas importações.

No caso das viagens internacionais, o déficit na conta fechou em US\$ 1,343 bilhão, 14,5% acima do registrado em outubro de 2024. Isso é resultado da redução de 3,8% (total de US\$ 573 milhões) nas receitas – que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil – e de aumento de 8,3% nas despesas de brasileiros no exterior, para US\$ 1,916 bilhão.

RENDAS

Em outubro de 2025, o déficit em renda primária – lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários – chegou a US\$ 7,429 bilhões, 12,7% acima do registrado em outubro do ano passado, de US\$ 6,590 bilhões. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e

eles remetem os lucros para fora do país – do que de brasileiros no exterior.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US\$ 510 milhões no mês passado, contra superávit US\$ 430 milhões em outubro de 2024.

FINANCIAMENTO

Os investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 10,937 bilhões em outubro deste ano, ante US\$ 6,698 bilhões em igual mês de 2024. Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo.

O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 80,081 bilhões (3,63% do PIB) em outubro, ante US\$ 75,843 bilhões (3,46% do PIB) no mês anterior e US\$ 72,943 bilhões (3,27% do PIB) no período encerrado em outubro de 2024.

PAUTA BOMBA

Senado aprova aposentadoria integral de agentes de saúde

NAOMI MATSUI
E FLÁVIA SAID/AE

O plenário do Senado aprovou ontem, por 57 votos a zero, além de duas abstenções, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 185 de 2024, que regulamenta as aposentadorias de agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE). O resultado representa uma derrota para o governo federal, devido ao impacto bilionário aos cofres públicos. O texto, visto como uma retaliação do Senado ao Palácio do Planalto pela indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) - segue agora para a análise da Câmara.

Com exceção do Novo, todos os partidos orientaram voto favorável, incluindo o PT, mesmo com os alertas da área econômica do governo.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima que o texto possa causar um impacto de R\$ 103 bilhões aos municípios, ao elevar o déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que atualmente já supera a marca de R\$ 1,1 trilhão. O Ministério da Fazenda não divulgou sua estimativa. Na segunda-feira, 24, o secretário executivo da pasta, Dario Durigan, adiantou que, caso o texto fosse aprovado pelo Congresso, o governo seria "obrigado" a vetá-lo e

poderia acabar judicializando a questão no STF, se o veto for derubado pelo Congresso.

Atualmente, as aposentadorias especiais para as duas categorias já estão previstas na Constituição, após uma emenda de 2022. O projeto aprovado, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), regulamenta os benefícios. O texto determina uma idade mínima menor para os profissionais, aposentadoria integral e reajustes iguais aos da ativa. A Câmara aprovou uma proposta com objetivo semelhante, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2021, que está no Senado, mas o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), optou por pautar o projeto de Veneziano.

O texto de Veneziano determina que os agentes que se aposentarem terão direito a 100% da remuneração que recebiam no momento da aposentadoria. Também estabelece reajustes iguais aos servidores ativos de suas categorias e idades mínimas menores para concessão da aposentadoria: homens: 52 anos + 20 anos de efetivo exercício; e mulheres: 50 anos + 20 anos de efetivo exercício.

Há ainda uma concessão alternativa: homens: 52 anos + 15 anos na função + 10 anos de contribuição em outra atividade; e mulheres: 50 anos + 15 anos na função + 10 anos de contribuição

em outra atividade.

As regras facilitadas também valerão a dirigentes sindicais que estiverem licenciados para cumprir mandatos das duas categorias. O projeto ainda garante concessão de aposentadoria por incapacidade permanente, resultante de doença profissional ou do trabalho; e direito à pensão por morte com integralidade e paridade. Caso aprovadas, as mudanças devem ser incorporadas em até 120 dias após a publicação da lei.

Segundo o autor, Veneziano Vital do Rêgo, as alterações se justificam pelos riscos enfrentados pelas categorias. "Os agentes Estão expostos a agentes agressivos devido à constante exposição a doenças infectocontagiosas, que vão deteriorando, degradando e que podem comprometer as condições de saúde dos ACS e ACE ao longo do tempo mais rapidamente que um cidadão comum, reduzindo por demais a sua capacidade laboral e afetando o seu bem-estar", disse na justificativa.

O projeto foi aprovado em 1º de outubro pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e, desde então, aguardava votação no plenário. O presidente do Senado anunciou na última quinta-feira, 20, que o pautaria, o que foi

visto como uma represália pela decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de indicar Jorge Messias ao Supremo. O presidente do Senado defendia o nome do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para vaga no STF.

No plenário, o projeto foi relatado pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT), de oposição ao governo. "O custo de não investir nos agentes de saúde é muito maior do que qualquer custo da aposentadoria especial. Cada R\$ 1 investido nesses profissionais, economiza-se de R\$ 4 a R\$ 7 em internações, tratamentos e procedimentos de alta complexidade", defendeu.

A votação da matéria foi acompanhada por representantes dos agentes de saúde, que presenciaram a sessão da galeria do plenário do Senado.

ALCOLUMBRE

Alcolumbre rebateu críticas de que o projeto se trata de uma "pauta bomba", citando o Vale-Gás e o Pé-de-Meia como exemplos de projetos de iniciativa do Executivo e apoiados pelo Congresso que não foram enquadrados como bomba fiscal. No caso do programa educacional, ele ressaltou que o benefício custa R\$ 12 bilhões por ano, quase R\$ 100 bilhões nos próximos oito anos.

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10 - NIRE: 33.300.033.297

Edital de Convocação de AGO/AGE:

Ficam convocados os acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sua sede social à Avenida Nelson Cardoso nº 905 - sala 317 - Jacarepaguá/RJ, às 11:00hs do dia 06/12/2025, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia I) **Ordinariamente:** a) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício social encerrado em: 31/12/2023, II) **Extraordinariamente:** a) ratificação dos atos da Diretoria, e das alienações e permutas de imóveis efetivadas pela Diretoria no período, e b) discutir outros assuntos de interesse social da sociedade. Rio de Janeiro, 25/11/2025. Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente.

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. – em recuperação judicial, com sede na Rua da Assembleia, nº 85, sala 702, parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOCA, através do presente EDITAL, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 08 de dezembro de 2025, às 09h, por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a substituição do Sr. Rogério Luiz Lima Figueira, portador da carteira de identidade nº 00645720929, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 304.312.637-87, do cargo de diretor estatutário, nos termos do artigo 122, inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2025

RENATO DE ANDRADE CABRAL

PLENA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 09.439.168/0001-72 - NIRE nº 33.3.0030853-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2025. (Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76).

1 - DATA, HORA E LOCAL: Em 08 de novembro de 2025, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Sociedade, na Estrada Velha de Maricá, 249 - parte, Várzea das Moças, na Cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 24.753-511. 2 - CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Dispensadas as formalidades de convocação haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, em conformidade com o Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. 3 - MESA: Presidente: Sr. Marcelo Chagas Viana; Secretária: Sr.ª. Danyelle Cruz Lopes. 4 - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE: 4.1. Reeleger para o cargo de Diretora Geral, a Sra. Danyelle Cruz Lopes, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 11.964.621-4, expedida pelo IPR/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.571.037-82, residente e domiciliada na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, para cumprir mandato pelo período de 03 (três) anos, com início em 08 de novembro de 2025 e término em 08 de novembro de 2028. 4.2. Ficando a Diretoria da companhia a partir desta data composta pelo Sr. Marcelo Chagas Viana, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 08.083.674-5, expedida pelo DETRAN /RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.873.957-13, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro e pela Sra. Danyelle Cruz Lopes, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 11.964.621-4, expedida pelo IPR/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.571.037-82, residente e domiciliada na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. 5 - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada, e assinada por todos os presentes. São Gonçalo (RJ), 08 de novembro de 2025. Marcelo Chagas Viana; Miriã Barbosa da Silva; Marcelo Chagas Viana - Presidente; Danyelle Cruz Lopes - Secretária. Jucerna nº 7316776 em 19/11/2025.

SINEPE RIO

onde os futuros da educação se encontram

2030

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 33.595.018/0001-32

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do Estatuto do Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Município do Rio de Janeiro e legislação pertinente, ficam os associados deste Sindicato convocados para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, na próxima terça-feira, dia 2 de dezembro de 2025, no auditório do Sinepe Rio – Rua da Assembleia, 77 – 22º andar – Centro – Rio de Janeiro, tendo como pauta exclusiva a eleição por aclamação da diretoria para o biênio 2026/2027. A primeira convocação ocorrerá às 11h e a segunda, caso necessário, às 11h30.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2025.

Pedro Paulo de Bragança

Presidente

Hospital Federal dos Servidores do Estado

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2025

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90049/2025 no dia 08/12/2025 às 11h00min. – Objeto: Registro de preços para futura aquisição de Aquisição de Placas Eletrocirúrgicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.040469/2024-26. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

MRS LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 01.417.222/0001-77

NIRE 33.300.163.65

CARTA DE RENÚNCIA

À

MRS Logística S.A. ("Companhia")

A/C: Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração

Ref. Renúncia ao cargo de membro titular do Conselho de Administração

Prezado Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez,

Eu, Vitor José Melo Soares, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº MG-12.684.523, expedida pelo IIPC, inscrito no CPF sob o nº 063.758.256-01, com endereço comercial na Avenida do Contorno, 6594, 11º andar, em Belo Horizonte/MG, comunico, pela presente, minha renúncia ao cargo de membro titular do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., com eficácia a partir de 14 de novembro de 2025, e solicito que se dê cumprimento ao disposto na legislação aplicável, arquivando a presente no registro do comércio e efetuando a sua publicação nos termos da lei.

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2025.

Atenciosamente,

Vitor José Melo Soares

JUCERJA - Protocolo: 2025/01103361-0 Data do protocolo: 18/11/2025

Certifico o arquivamento em 19/11/2025 sob o número 00007316703

MC AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 10.226.590/0001-29 - NIRE nº 33.2.0816551-4

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ERRATA: Os sócios de MC AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. vêm retificar o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da MC AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, datado em 09 de outubro de 2025, para constar a seguinte alteração: **Onde se lê:** "Deliberam os Sócios por unanimidade: [...] (ii) Alterar a cláusula IV do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte Redação "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e em bens, distribuído da seguinte forma entre os sócios: a) Octavio Augusto Fontes Tourinho – 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); b) Maria Elisa Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); c) Demetrio Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); d) Alzira Maria Tourinho Padilha - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); e) Maria Leticia Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); f) Marina Eloy Tourinho Hanszmann – 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e em bens, distribuído da seguinte forma entre os sócios: a) Octavio Augusto Fontes Tourinho – 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); b) Maria Elisa Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); c) Demetrio Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); d) Alzira Maria Tourinho Padilha - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); e) Maria Leticia Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); f) Marina Eloy Tourinho Hanszmann – 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e em bens, distribuído da seguinte forma entre os sócios: a) Octavio Augusto Fontes Tourinho – 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte uma) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 788.021,00 (setecentos e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); b) Maria Elisa Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); c) Demetrio Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); d) Alzira Maria Tourinho Padilha - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); e) Maria Leticia Fontes Tourinho - 588.021 (quinhentas e oitenta e oito mil e vinte e seis reais); f) Marina Eloy Tourinho Hanszmann – 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); e "IV. O Capital Social é de R\$3.528.126,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 3.528.126 (três milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e vinte e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); g) Julia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 196.007,00 (duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais); h) Leticia Eloy Tourinho - 196.007 (cento e noventa e seis mil e sete) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma



TATUAPÉ

Advogado lobista de empresas é morto a tiros dentro de carro

O advogado Luís Francisco Caselli foi morto a tiros na noite de segunda-feira passada, na região do Tatuapé, zona leste de São Paulo. Era apontado como lobista de empresas que atuavam com o poder público e tinha passagens pela polícia por crime de estelionato. O caso é investigado pela Polícia Civil do Estado de São Paulo como homicídio.

Conforme a investigação, policiais militares foram acionados para atender uma ocorrência na Rua Luiz dos Santos Cabral. "A vítima, um homem de 61 anos, estava dirigindo, quando foi atingido

por disparos de arma de fogo realizados por um homem, que estava de garupa em uma motocicleta", disse a Secretaria da Segurança Pública do Estado. Ele chegou a ser socorrido ao Hospital Municipal do Tatuapé, mas não resistiu aos ferimentos.

Não ficou constatado que objetos do advogado tenham sido levados pelos autores do crime que conseguiram fugir do local. "O celular da vítima e um rastreador foram apreendidos e a perícia acionada", disse a SSP. O caso foi registrado como homicídio no 30º DP (Tatuapé).

ASSASSINATO

O que se sabe sobre morte de cabeleireiro no Alto de Pinheiros

A morte do cabeleireiro José Roberto Silveira, de 59 anos, conhecido como Betto Silveira, é investigada pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). O crime ocorreu no último sábado, no Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona oeste de São Paulo.

Veja o que se sabe e o que ainda falta esclarecer:

Onde o crime ocorreu?

Na residência da vítima. Betto foi encontrado por amigos amordaçado, com punhos e joelhos amarrados por fios e com sinais de asfixia, segundo boletim de ocorrência obtido pelo Estadão.

Conforme o boletim, ele saiu de casa por volta de 1h40 de sábado e retornou ao local pouco depois, às 2h13. Ele estava de carro, um Hyundai HB20 de cor preta.

Algumas horas depois, às 5h53, dois suspeitos são flagrados por uma câmera de segurança da rua abrindo o portão frontal da casa e saindo a pé. Eles ainda não foram identificados pela polícia.

Quem era Betto Silveira?

Nascido em Garça, no interior de São Paulo, Betto chegou a São Paulo em 1991. À época, ele trabalhou na Vila Madalena. Onze anos depois da chegada, o cabeleireiro se mudou para o Alto de Pinheiros, onde estava há 22 anos.

Em suas redes sociais, Betto afirmava que sua profissão era uma espécie de "hobby remunerado". Ele foi descrito em uma publicação como "um cara que ama ver o sorriso no rosto das pessoas" e que encontrou na profissão uma "forma de produzir tais sorrisos com sua criatividade, empenho e paciência".

Quem morava no imóvel?

No sobrado, Betto morava com a mãe, uma idosa de 98 anos, que dependia de seus cuidados. Em outro quarto da residência, conforme o boletim de ocorrência, reside um venezuelano que alugou o cômodo. Esse homem relatou à polícia que a vítima foi até o seu quarto para pedir seda para fazer um cigarro por volta das 2h do sábado.

À polícia, o rapaz afirmou que ouviu José conversando com outra pessoa por longo

período, além de sons de chuveiro ligado, televisão e música. Por volta das 4h, ouviu ruídos de objetos quebrando e movimentação intensa no quarto, mas que tais sons não lhe causaram estranhamento, justamente por ser rotineiro o elevado movimento na casa da vítima.

O que dizem as testemunhas?

Duas testemunhas relataram à polícia que Betto havia terminado um relacionamento com outro homem recentemente. Uma delas disse que a relação acabou há dois meses. "A vítima desejava reatar, porém o ex-companheiro já estava envolvido em outra relação e não demonstrava interesse, situação que deixou José muito triste à época. Entretanto, relata que, com o passar do tempo, ele superou o término e passou a se relacionar com outro homem."

Outra testemunha afirmou que o ex de Betto registrou um boletim de ocorrência contra o cabeleireiro em razão de ameaças. Essa testemunha também disse que desde o término da relação, o cabeleireiro passou a conhecer "diferentes homens com certa frequência, por aplicativos de encontro".

De acordo com a polícia, o boletim de ocorrência contra a vítima foi registrado por lesão corporal e ameaça, em agosto deste ano, "inclusive com aplicação de medida protetiva". O atual namorado do ex dele também o acusou de ameaça, e uma amiga da vítima relatou que este homem também ameaçou Betto.

O que diz a polícia?

Segundo a Polícia Civil, até o momento, não há indícios de subtração de bens e a ocorrência é apurada como homicídio, possivelmente cometido por mais de uma pessoa. Imagens de câmeras de segurança são analisadas. Pessoas próximas à vítima, como amigos e familiares, também estão sendo ouvidas.

O veículo utilizado pela vítima, obtido por meio de locação, foi apreendido e periciado, e a equipe trabalha no mapeamento dos trajetos percorridos, com o objetivo de reconstruir os momentos anteriores e posteriores ao crime. Por ora, nenhuma linha de investigação é descartada.

GESTÃO TARCÍSIO

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Metade da população do Estado de São Paulo já sofre restrição no abastecimento de água devido à crise hídrica atual. O desabastecimento parcial atinge os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, incluindo a capital, (22,9 milhões de pessoas) e ao menos 7 cidades do interior (1,2 milhão de habitantes). As chuvas voltaram, mas se mantêm abaixo da média histórica, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

A Sabesp opera 37 dos 39 municípios da Grande São Paulo. São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes têm autarquias municipais que são responsáveis pela distribuição de água aos moradores, mas ambas compram água da Sabesp no atacado. Toda água para abastecimento é proveniente dos reservatórios do Sistema Integrado Metropolitano (SIM), que estava com 26,6% do volume útil nesta terça-feira.

O conjunto de reservatórios do Sistema Cantareira, que responde por 41% do abastecimento, está com 21,6% do volume útil. O monitoramento diário realizado pela Sabesp mostra que, apesar das chuvas recentes, os mananciais oscilam para baixo. As chuvas nas regiões de formação dos reservatórios, este ano, estão de 40% a 50% abaixo das médias históricas.

No dia 23 de setembro deste ano, quando a SP-Águas reconheceu a situação de escassez de água na RMSP, evidenciando o desequilíbrio entre oferta e demanda de recursos hídricos, o Cantareira estava com 31% do volume útil.

O pior nível desde a crise hídrica histórica de 2014/15 levou a agência a autorizar medidas de contingência, como ampliar a redução na pressão da água no período noturno (das 19h às 5 da manhã).

No domingo, 23, alegando a redução no volume de água fornecido pela Sabesp, via Sistema Cantareira, a prefeitura de São Caetano do Sul reconheceu que a cidade vive na prática o racionamento de água.

A Sabesp diz que a redução na pressão da água, adotada desde 27 de agosto, atinge toda a Região Metropolitana e já levou a uma economia de 41 bilhões de litros dos mananciais. Para a empresa, essa redução na pressão é adotada internacionalmente e não se trata de racionamento.

Conforme a companhia, a medida está sendo aplicada no período noturno, quando o consumo de água é menor. "A ação é preventiva e temporária e atende a uma deliberação da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), com o objetivo de preservar os reservatórios que abastecem a região", diz.

INTERIOR

Em Bauru, as chuvas recentes alagaram a cidade e melhoraram o nível do Rio Batalha, onde é feita a captação para abastecer a cidade. Mesmo assim, o racionamento continua: os bairros da cidade foram divididos em três grupos que recebem água em períodos alternados. Alguns bairros chegam a ficar até 72 horas sem abastecimento.

A prefeitura de Americana decretou emergência hídrica devido à inconstância no abastecimento. Segundo a prefeitura, a estiagem prolongada e a baixa

qualidade da água captada no Rio Piracicaba reduziram a oferta da água a ser distribuída à cidade, mas não há racionamento.

Em Salto, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto fecha periodicamente os 11 reservatórios que atendem a cidade para recuperação dos níveis, afetados pela estiagem. A autarquia realiza manobras na rede para manter os bairros abastecidos pelo maior tempo possível. Os moradores convivem com o racionamento desde setembro.

A turbidez excessiva das águas do Rio Corumbataí afetam o abastecimento de Rio Claro até esta terça-feira. Devido às chuvas, o rio ficou com excesso de matéria orgânica. A Estação de Tratamento 2 operava com capacidade parcial.

Bairros de Birigui também enfrentam restrições no abastecimento. Em Valinhos, os mananciais se recuperaram, mas reparos em redes e bombas têm causado suspensões periódicas no abastecimento. Em Tambaú, a crise no abastecimento levou a prefeitura a disponibilizar caminhões pipa para atender a população.

O mapa que compõe o protocolo de escassez hídrica da SP-Águas, apontando os estágios de disponibilidade hídrica em todas regiões do estado, não tem nenhuma em situação normal, com boa disponibilidade de água. A maioria está em estado de alerta, sendo que 18 regiões estão em situação crítica.

As regiões do Alto Piracicaba, onde fica o Cantareira, e das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), assim como a região da capital, já foram declaradas em nível crítico de escassez hídrica.

COLAPSO NA SAÚDE

Prefeitura pede que TJ suspenda liberação do serviço de mototáxi

EDERSON HISING/AE

A Prefeitura de São Paulo pediu ao Tribunal de Justiça a suspensão da liberação para o serviço de mototáxi por aplicativo na cidade. O pedido de efeito suspensivo foi protocolado na segunda-feira passada, pela gestão Ricardo Nunes (MDB). Em setembro deste ano, o TJ decidiu que o decreto da prefeitura que vetava a modalidade de transporte era inconstitucional. Com isso, a volta do serviço ficou definida para 11 de dezembro.

No pedido, a prefeitura solicita a suspensão imediata da decisão que permitiu a volta do serviço até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue o recurso extraordinário. Caso a suspensão não seja acatada, o município pediu prazo adicional de 120 dias para concluir a regulamentação da atividade.

A prefeitura alegou à Justiça que permitir o funcionamento do serviço "sem qualquer regulamentação, controle de segurança ou capacidade de fiscalização" provocaria "aumento da frota circulante, explosão de acidentes e um risco real de colapso no sistema público de saúde, que atualmente já sente os impactos diante

do recorde histórico de ocorrências envolvendo motocicletas".

A administração municipal anexou ao pedido dados sobre acidentes de motocicletas na cidade. Segundo a prefeitura, a capital paulista passa atualmente pelo pior momento da série histórica. Além disso, a frota de motocicletas aumentou 56% na última década.

Em 2024, 483 motociclistas morreram e 3.744 pessoas foram internadas por traumas graves decorrentes de acidentes com motos. Em 2025, até outubro, foram 11.496 notificações de acidentes, superando os anos anteriores. A rede registra ainda 3.132 atendimentos relacionados a traumas de moto até setembro e mantém, no momento, 337 pacientes internados por esse tipo de acidente, informou o município.

LEITOS INSUFICIENTES

Conforme a prefeitura, a rede municipal conta com 262 leitos para casos de traumas graves, número considerado insuficiente para absorver a demanda atual. "Nós não temos leitos suficientes nem capacidade hospitalar para absorver a alta no número de acidentados que esse serviço vai gerar se for liberado sem regras. Isso

coloca vidas em risco e compromete o atendimento de toda a população", afirmou o prefeito.

O impacto, segundo ele, seria sentido já no primeiro mês após a liberação do serviço de mototáxi. A justificativa é a de que a modalidade de transporte dobra o número de vítimas potenciais por ocorrência. "Uma única colisão pode produzir dois ferimentos graves, que exigem UTI, cirurgia de alta complexidade e longas internações", alegou a administração.

QUEDA DE BRAÇO

Há mais de dois anos, a Prefeitura de São Paulo trava uma disputa contra o avanço de aplicativos como Uber e 99, que tentam oferecer o serviço de transporte de passageiros por motocicleta na cidade. Nesse período, a Justiça já autorizou e proibiu a modalidade em diferentes decisões.

Na semana passada, as empresas de transporte por aplicativo anunciaram que voltarão a oferecer o transporte de passageiros por motocicletas a partir de 11 de dezembro. Nunes, que tem sido forte opositor à liberação, disse não abrir mão de regulamentação com critérios de segurança.

"Se o recurso não for aceito, vamos regulamentar, mas as em-

Quatro regiões distribuídas pelo estado estão em emergência declarada por escassez hídrica: duas estão na região central, próximo a Lençóis Paulista, outra no Vale do Paraíba, região de Cruzeiro, e a quarta no litoral sul, entre Iguape e Cananéia.

Conforme o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), as chuvas que atingiram o extremo sul e sudoeste de São Paulo este mês vieram na forma de temporais, sem grande impacto nos reservatórios. Em novembro, no estado, os volumes de chuva estão abaixo da média.

O boletim meteorológico do Consórcio PCJ, com dados de outubro de 2025, aponta que as chuvas ficaram 3,4% abaixo da média histórica, totalizando 103,0 mm em comparação aos 106,6 mm esperados para o período. Apesar da proximidade com a média histórica, outubro foi o nono mês consecutivo com índices pluviométricos inferiores ao esperado. As vazões médias dos rios também permaneceram abaixo da média histórica, mantendo a tendência observada ao longo de todo o ano.

As previsões climáticas para o trimestre novembro-dezembro-janeiro indicam que as chances de ocorrência do fenômeno La Niña chegam a 60%, superando as condições de neutralidade. A predominância da tendência de La Niña durante o período úmido tende a reduzir a incidência de chuvas.

"O Consórcio PCJ reforça a importância do monitoramento contínuo das condições hidrológicas e climáticas, além da adoção de medidas que ampliem a capacidade de armazenamento e o uso racional da água", diz o boletim.

presas terão que seguir todos os critérios de segurança. Os condutores precisarão fazer cursos obrigatórios que levam, no mínimo, três meses. Não será um serviço liberado de qualquer jeito", afirmou.

Na avaliação da prefeitura, a decisão judicial reconheceu que a atividade exige regulamentação, porém, ao mesmo tempo, determinou a volta do serviço antes que as regras estejam prontas.

Para a administração municipal, isso gera uma "situação contraditória e perigosa" por não haver, por exemplo, cadastro dos condutores e regras sobre equipamentos de segurança e experiência mínima dos motociclistas.

A prefeitura citou a necessidade de realização de audiências nas 32 subprefeituras, integração de sistemas, definição de critérios de segurança e expansão emergencial da rede de saúde.

"O município afirma que liberar o serviço sem esses controles tornaria a fiscalização materialmente impossível, abrindo espaço para veículos irregulares, condutores sem preparo e ausência total de padronização - fatores que, segundo o processo, elevariam drasticamente os acidentes", informou.

Diário do

Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) **99122-4278** / (11) **2655-1899**

imóvel no Tatuapé, que armazenava ilegalmente fogos de artifício. Na ocasião, inclusive, a Polícia Militar apreendeu no local uma grande quantidade de artefatos explosivos e insumos usados na fabricação de pólvora. Adir Mariano, que armazenava ilegalmente os materiais na residência, morreu na tragédia do dia 13 de novembro. O objetivo é desarticular completamente a cadeia logística da atividade ilegal, impedindo a produção de novos balões, a soltura e recuperação dos artefatos, a rede de influenciadores e páginas que lucravam com a promoção, divulgação e monetização da prática criminosa.

FACÇÃO CRIMINOSA

Vereador é preso por apoiar construção de barricadas

RAYANDERSON GUERRA/AE

O vereador Ernane Aleixo (PL), de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, foi preso pela Polícia Civil do Rio na manhã desta terça-feira, durante a Operação Muro de Favores, ação para desarticular uma estrutura criminosa ligada à facção Terceiro Comando Puro (TCP). O vereador e a Câmara Municipal de São João de Meriti ainda não se manifestaram. O vereador é suspeito de fornecer suporte a facção em troca de benefícios financeiros e elei-

torais. Materiais obtidos pela polícia durante a investigação mostram que Aleixo teria fornecido materiais e apoio logístico para que os criminosos erguessem barricadas em Vilas dos Telles, bairro de São João de Meriti. "Áudios e mensagens comprovam que o parlamentar ofereceu material e suporte para a construção de barricadas em Vilar dos Telles, prática que impedia o acesso policial e de serviços básicos à população, além de negociar vagas de nomeação em troca de apoio político", diz a polícia. Os agentes da delegacia de

Combate às Organizações Criminosas e à Lavagem de Dinheiro (DCOC-LD) cumprem 8 mandados de prisão e 36 de busca e apreensão na manhã desta terça-feira. Segundo a Polícia Civil, a investigação revelou o modus operandi da organização criminosa, que mescla tráfico de drogas, homicídios, extorsão qualificada de proprietários de estabelecimentos e lavagem de dinheiro, utilizando armas de fogo de uso restrito. "O núcleo investigado era gerenciado por um homem apontado como braço-direito do líder do TCP na região. Elementos da

investigação confirmam que ele confessou ter matado três vítimas, incluindo uma mulher, durante confronto com a facção rival em novembro de 2023", diz a polícia. A "Operação Muro de Favores" é uma ação estratégica da Polícia Civil no enfrentamento ao crime organizado, à violência e à corrupção na Baixada Fluminense. O objetivo é dismantelar a estrutura hierárquica e financeira do TCP na região, removendo barricadas e obstáculos instalados por organizações criminosas nas entradas de comunidades.

COMLURB

Prefeitura conclui revitalização de Ecoponto em Manguinhos

A Prefeitura do Rio, por meio da Subprefeitura dos Grandes Complexos e da Comlurb, concluiu ontem a revitalização do Ecoponto da comunidade Mandela 1, no Complexo de Manguinhos, Zona Norte do Rio. O novo espaço, que funcionará com duas máquinas compactadoras e duas caixas metálicas para entulhos, recebeu acerto e pintura no piso, nos muros e atenderá também comunidades vizinhas, como Embratel e Mandela 2.

Além da reforma do Ecoponto, a região foi contemplada pelo projeto Comunidade de Resposta, que promoveu o reforço da limpeza regular em 42 ruas das comunidades Mandela 1, Embratel, Mandela 2 e Varginha.

"Estamos levando melhorias a territórios mais vulneráveis, promovendo ambientes mais saudáveis, organizados e fazendo a diferença na vida das pessoas", ressaltou Marlí Peçanha, subprefeita dos Grandes Complexos e coordenadora dos trabalhos.

Mais de 100 garis, além de equipes da Subprefeitura dos Grandes Complexos, foram mobilizados para realizar diversos serviços, como lavagem



hidráulica, roçada mecânica, capina, varrição, remoção de resíduos e limpeza de ralos. A iniciativa visa melhorar as condições de vida na região. "Nossas comunidades já são bem atendidas, com rotina diária, mas agora ficaram ainda mais limpas e com os resíduos

ordenados. O Comunidade de Resposta é feito em duas etapas. Na primeira, fazemos vistoria na região procurando pontos que ainda precisam de melhorias. Na segunda etapa, as equipes operacionais voltam ao local para realizar os serviços necessários verificados du-

rante a vistoria", explicou Jorge Arraes, presidente da Comlurb. Este ano, a Subprefeitura dos Grandes Complexos coordenou outras ações no Complexo de Manguinhos, com serviços de saúde, educação, conservação e limpeza.

SECRETARIA

Saúde intensifica medidas de combate às arboviroses

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) está intensificando as ações de prevenção às arboviroses (dengue, zika e chikungunya) e de controle vetorial em todo o município. Com a programação SVS na Rua, oito bairros das zonas Sul, Norte e Oeste recebem esta semana as atividades dos agentes de vigilância ambiental em saúde.

Ontem, o SVS na Rua foi realizado no Andaraí. Hoje, será a vez dos bairros de Manguinhos e Guaratiba. Já na quinta-feira (27/11) serão contemplados os bairros de Copacabana, Jacarezinho, Senador Camará, Sepetiba e Paciência.

Este ano, até o dia 15 de novembro, foram feitas 10.696.524 visitas a imóveis para prevenção e controle do Aedes aegypti e 1.490.152 recipientes que poderiam servir de criadouros de mosquitos foram tratados ou eliminados. Em 2024, foram realizadas 11,6 milhões de vistorias em imóveis para controle e prevenção de possíveis focos do mosquito, com eliminação ou tratamento de mais de 1,8 milhão de reci-



pientes. A SMS também realiza ações educativas e de mobilização social para orientar a população sobre as medidas para a preven-

ção de arboviroses urbanas, visando despertar a responsabilidade sanitária individual e coletiva. Quando necessário, a população pode fazer pedidos de

vistoria ou denunciar possíveis focos do mosquito pela Central 1746 de atendimento ao cidadão da Prefeitura, pelo telefone ou site.

EMBARQUE DO FLAMENGO

AeroFla: Prefeitura reforça operação e divulga interdições o

A Prefeitura do Rio de Janeiro reforçou o planejamento operacional para o embarque do time do Flamengo rumo a Lima, no Peru, para a disputa da final da Copa Libertadores – ação chamada de "AeroFla", pelos torcedores na tarde de hoje.

Para garantir a segurança viária de motoristas e pedestres, o Centro de Operações e Resiliência da Prefeitura do Rio (COR-Rio) mobilizou órgãos municipais, estaduais e federais; concessionárias de serviços públicos; a RioGaleão, concessionária responsável pela operação do aeroporto Internacional Tom Jobim; e o Clube de Regatas do Flamengo para alinhar ações integradas antes e durante o evento, que tem estimativa inicial de 10 mil torcedores presentes no embarque da delegação, no Terminal de Cargas do Galeão.

Várias alterações no trânsito vão ocorrer de forma intermitente durante a passagem da delegação. O evento também contará com policiamento e escolta dos ônibus oficiais ao longo do trajeto.

OPERAÇÃO ESPECIAL

O voo fretado que levará atletas e comissão técnica está programado para decolar às 17h, porém a operação terá início às 14h, com mobilização em dois pontos estratégicos da cidade:

- Ninho do Urubu, em Vargem Grande, de onde partirão os ônibus da delegação
- Terminal Aroldo Melodia, na Cidade Universitária, ponto oficial de concentração da torcida

Alterações intermitentes no trânsito ocorrerão durante todo o percurso. A CET-Rio coordenará uma operação especial na Ilha do Governador e na Ilha do Fundão, com apoio de equipes em solo, painéis informativos e monitoramento em tempo real via COR-Rio. O trajeto será acompanhado por cerca de 260 câmeras, além do suporte de drones.

INTERDIÇÕES PROGRAMADAS

A partir das 14h, serão implementadas interdições para garantir segurança viária e organização do fluxo de torcedores:

- Estrada do Galeão – pista sentido Centro, entre a alça de acesso à Ponte Nova e a alça de acesso da Linha Vermelha (sentido Duque de Caxias)
- Ponte Velha do Galeão, totalmente interditada nos dois sentidos

As vias serão liberadas assim que houver dispersão do público.

DESVIOS DE TRÂNSITO

Para minimizar impactos, os seguintes desvios serão realizados:

- Veículos com destino ao Centro deverão utilizar a Ponte Nova
- Veículos com destino à Linha Vermelha (sentido Duque de Caxias) seguirão pela Ponte Nova → Via Expressa Presidente João Goulart (sentido Centro) → Av. Brigadeiro Trompowski → retorno na Ilha do Fundão → alça de acesso da Linha Vermelha (sentido Baixada)

A chegada e a saída da Ilha do Governador deverão ser feitas exclusivamente pela Ponte Nova durante o período de bloqueios.

Linhas de ônibus municipal e intermunicipal que utilizam a Ponte Velha também terão o itinerário desviado para a Ponte Nova.

A Mobi-Rio reforçará a operação das linhas de BRT que atendem o Terminal Aroldo Melodia:

- 42 (Madureira x Galeão), 43 (Santa Efigênia x Fundão) e 90 (Gentileza x Fundão)

DESLOCAMENTO DA DELEGAÇÃO

O itinerário dos ônibus do Flamengo partirá do Ninho do Urubu e seguirá pela:

- Estrada dos Bandeirantes → Av. Salvador Allende → Av. Abelardo Bueno → Av. Eng. Carlos Carvalho → Curva Chico Anyisio → Av. Ayrton Senna → Linha Amarela → Linha Vermelha → Ponte Velha → Terminal de Cargas do Galeão.
- Medidas operacionais poderão ser adotadas ao longo da rota caso haja pontos de concentração de torcedores.

ORIENTAÇÕES À TORCIDA

Para evitar interferências no deslocamento da delegação e garantir a logística do voo, o Terminal Aroldo Melodia será o único ponto oficial de concentração dos torcedores.

O COR-Rio e o Flamengo orientam que a torcida não permaneça nas proximidades do Ninho do Urubu nem ao longo do trajeto, uma vez que não há previsão de paradas dos ônibus até a chegada ao aeroporto.

Com a aproximação da delegação ao Terminal Aroldo Melodia, os torcedores poderão acompanhar o comboio até a entrada do Terminal de Cargas.

MONITORAMENTO E SEGURANÇA

Dentro da Sala de Situação do COR-Rio — equipada com um videowall de 104 m², o maior da América Latina — equipes da CET-Rio, Guarda Municipal, Secretaria de Ordem Pública (Seop) e forças estaduais acompanharão todo o deslocamento. Imagens de câmeras e drones serão exibidas em tempo real para facilitar ações rápidas em caso de necessidade.

Equipes da Seop vão atuar combatendo o estacionamento irregular e os ambulantes nas imediações do Ninho do Urubu, em Vargem Grande, e no entorno do Terminal Aroldo Melodia, no Fundão. Mais de 80 agentes estarão empenhados nos dois pontos a partir das 14h. Já o Programa BRT Seguro também vai reforçar o seu efetivo nas estações do corredor Transcarioca compreendidas entre os bairros de Madureira e Ilha do Governador. O objetivo é evitar furtos e vandalismos nas estações e também no interior dos ônibus articulados.

A Guarda Municipal terá 57 agentes atuando em apoio ao deslocamento dos ônibus que vão levar os torcedores ao aeroporto despedir dos jogadores.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

MORDOMIAS A VISTA

Moraes manda Heleno, Paulo Sérgio e Garnier para prisão militar

AGUIRRE TALENTO
E HUGO HENUD/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou o início do cumprimento das penas dos oficiais-generais condenados por tentativa de golpe de Estado no mesmo processo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os ex-generais Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira e o ex-almirante Almir Garnier ficarão presos em instalação militar.

A informação da ordem de detenção para início da pena foi confirmada por integrantes do Exército e da Polícia Federal. Os generais ficarão detidos no Comando Militar do Planalto. A ordem de prisão foi executada pelo próprio Exército de forma coordenada e com participação da Polícia Federal.

Moraes também determinou a execução da pena do general Braga Netto que já está detido em quartel no Rio de Janeiro. Ele permanecerá no mesmo local onde já estava preso.

O prazo para apresentação de recursos se encerrou às 23h59 desta segunda-feira, última chance para contestar o acórdão da Primeira Turma que rejeitou os primeiros embargos de declaração e confirmou as condenações por tentativa de golpe de Estado. Parte das defesas protocolou novos recursos no limite do prazo, mas Moraes rejeitou os pedidos e certificou o trânsito, abrindo caminho para o início do cumprimento definitivo

das penas. Com a certificação do trânsito em julgado, as prisões passam a valer como execução da pena, inicialmente em regime fechado.

Ao longo do dia de ontem [segunda-feira], as defesas de Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto apresentaram os segundos embargos de declaração, conhecidos como "embargos dos embargos", recurso usado para apontar supostas omissões na decisão anterior. A jurisprudência da Corte, porém, considera esse tipo de movimento protelatório, destinado apenas a atrasar a execução da pena.

Em outra frente, as defesas de Almir Garnier e também de Braga Netto recorreram com embargos infringentes, que permitem o reexame do caso. A jurisprudência do STF, no entanto, só admite esse recurso quando há mais de um voto pela absolvição. No julgamento do núcleo crucial da trama golpista, apenas o ministro Luiz Fux divergiu, o que torna os infringentes inviáveis.

O general Augusto Heleno, que chefiou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo Bolsonaro, foi condenado a 21 anos de prisão em regime inicial fechado. Já Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa, recebeu pena de 19 anos. Walter Braga Netto, que foi ministro da Casa Civil e também da Defesa, foi condenado a 26 anos. O almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, também foi condenado a 24 anos de prisão em regime inicial fechado.

DEPUTADO REIMONT

Projeto mira dificultar fuga de quem tiver passaporte apreendido



MARCELO DE MORAES

Depois da fuga para os Estados Unidos do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) (**foto**), o deputado federal Reimont Ottoni (PT-RJ) protocolou na segunda-feira passada, projeto de lei para tentar dificultar a repetição de situações como essa. Pela proposta, passaria a ser obrigada a comunicação imediata à Interpol "sempre que houver a determinação judicial de suspensão, apreensão ou cancelamento de passaportes". "Não dá mais pra aceitarmos casos como o do Ramagem e do Eduardo Bolsonaro", explica Reimont.

Ramagem foi condenado em setembro a mais de 16 anos de prisão em regime fechado por envolvimento na trama golpista e estava proibido de deixar o Brasil. Mesmo assim, ele foi para os Estados Unidos. A prisão preventiva do deputa-

do foi decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira, 21. Dois dias depois, no domingo, 23, a mulher do parlamentar fez uma publicação do momento em que ela e as filhas foram recebidas por Ramagem em um aeroporto de Miami, nos Estados Unidos.

Na segunda, o parlamentar disse estar "seguro" nos Estados Unidos com a "anuência" do governo de Donald Trump. No primeiro pronunciamento desde que saiu do Brasil, em setembro, Ramagem alegou ser vítima de "grave perseguição política" e disse ter deixado o País para evitar que suas filhas o vissem ser preso.

Já o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) se mudou para os Estados Unidos, alegando perseguição política e foi denunciado pela Procuradoria Geral da República por tentativa de coação na ação penal dos atos golpistas.

REGALIAS NA PRISÃO

Ao invés da Papuda, Moraes manda Bolsonaro ficar na PF

CAROLINA BRÍGIDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou ontem, que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**) permaneça na Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Ele está preso no local desde sábado passado. Agora, cumprirá a pena de 27 anos e três meses pela trama golpista.

Na decisão em que determinou que Bolsonaro continue na sala de Estado-Maior na PF, Moraes ainda determinou a realização de "exames médicos oficiais para o início da execução da pena, inclusive fazendo constar as observações clínicas indispensáveis ao adequado tratamento penitenciário".

Transferir Bolsonaro para a Penitenciária da Papuda agora provocaria uma comoção popular e política que o STF tenta evitar. Diante do inevitável trauma institucional de prender um ex-presidente da República condenado por tentativa de golpe, a ordem na Corte é que isso seja feito da forma mais discreta possível.

A premissa funcionou quando Moraes determinou a prisão preventiva de Bolsonaro no sábado passado. Os agentes não divulgaram imagens do ex-presidente sendo levado para a carceragem da Polícia Federal, em uma mostra de que a instituição segue a mesma recomendação de tentar manter o fogo baixo.

Na segunda-feira, houve troca de película da porta onde o ex-presidente foi avistado por fotógrafos no dia anterior, na in-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

tenção de preservar tanto quanto possível a imagem do réu.

Um dos objetivos é ressaltar a diferença no estilo do atual comando da PF em relação à época da Lava Jato. Quando Luiz Inácio Lula da Silva foi preso, em 2018, havia uma multidão de apoiadores do petista no local, o que ressaltou a divergência política por trás da medida imposta pelo então juiz Sérgio Moro.

O comprometimento com a discricão da prisão de Bolsonaro não vem apenas do STF e da PF. No dia 17, o comandante do Exército, Tomás Paiva, pediu a Moraes que os militares condenados pela trama golpista não fossem algemados no momento

da prisão. A conversa ocorreu na residência do general, em Brasília. O ministro da Defesa, José Múcio, também estava presente.

Entre os militares condenados pelo STF estão o general Paulo Sérgio Nogueira, que comandou o Exército e foi ministro da Defesa, e Augusto Heleno, que chefiou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Ambos atuaram na gestão de Bolsonaro e vão cumprir pena em uma unidade militar.

A estratégia de Moraes tem sido a do gradualismo. Primeiro, impôs proibições a Bolsonaro. Diante do descumprimento da ordem de ficar distante das redes sociais, o ministro determi-

nou a prisão domiciliar. Com um novo cenário de manifestações convocadas para as proximidades da residência do ex-presidente e tentativa de violação da tornozeleira eletrônica, Moraes ordenou a prisão preventiva.

Dentro dessa lógica, manter Bolsonaro da carceragem da PF faz sentido. Mas, a depender de novos acontecimentos, o ex-presidente pode ser levado à Papuda. O que está fora de questão agora é o retorno dele para a prisão domiciliar, já que o local foi o palco da tentativa de violação do equipamento de segurança - o que o STF interpretou como risco de fuga.

Moraes envia ao STM análise sobre perda da patente militar de Bolsonaro

HUGO HENUD/AE

O ministro Alexandre de Moraes determinou ontem, que o Superior Tribunal Militar (STM) analise a perda da patente de Jair Bolsonaro. A determinação aparece na mesma decisão em que Moraes declara o trânsito em julgado da ação penal do golpe, na qual o ex-presidente foi condenado a 27 anos e três meses de prisão.

Bolsonaro é capitão reformado do Exército. Embora tenha

ingressado na política há mais de três décadas, sua condição de militar da reserva é mantida formalmente, e a perda da patente depende de julgamento próprio na Justiça Militar.

A defesa de Bolsonaro não apresentou novos recursos dentro do prazo final encerrado na segunda-feira passada. Com isso, Moraes considerou esgotadas todas as vias recursais na Primeira Turma do Supremo e certificou o trânsito em julgado, etapa que abre ca-

minho para execução definitiva da pena.

Na decisão, o ministro apontou que a defesa deixou esgotar o prazo para novos embargos de declaração e afirma que os embargos infringentes são incabíveis, já que o julgamento do núcleo crucial da trama golpista teve apenas um voto divergente, abaixo do mínimo de dois exigido pela jurisprudência da Corte para esse tipo de recurso. Somente o ministro Luiz Fux divergiu.

Moraes também cita precedentes que permitem o reconhecimento imediato do trânsito, sobretudo quando recursos são usados com propósito meramente protelatório, isto é, para atrasar o cumprimento da pena.

O ministro declarou ainda o trânsito em julgado para Alexandre Ramagem e Anderson Torres. Ramagem (PL-RJ) deixou o País em setembro, após ser condenado pelo STF, e é considerado foragido.

STF

Defesa prepara recurso para tentar reverter condenação de Bolsonaro

RAYSSA MOTTA/AE

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai apresentar, ainda nesta semana, um novo recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a condenação de 27 anos e 3 meses no processo da trama golpista. O prazo de 15 dias para protocolar o recurso termina no dia 3, mas os advogados não devem usar todo o período para preparar o pedido e pretendem apresentar o requerimento até sexta, 28, segundo apurou o Estadão.

O primeiro recurso, um embargo de declaração, foi rejeitado por unanimidade pela Primeira Turma do STF. A equipe jurídica do ex-presidente poderia apresentar um segundo embargo de declaração, mas abriu mão do pedido. Agora, os advogados Paulo Amador e Celso Viçari trabalham em outra modalidade de recurso, os chamados embargos infringentes, usados



GUSTAVO MORENO/STF

para questionar decisões que não foram unânimes.

A defesa vai usar como base o voto do ministro Luiz Fux, o único integrante da Primeira Turma do STF que votou para absolver Bolsonaro. O objetivo é fazer o processo passar por um novo julgamento, no plenário do Supremo Tribunal Federal. A defesa do ex-ministro Anderson Torres adotou a mesma estratégia e também descartou novos

embargos de declaração e preferiu apostar nos infringentes.

A tendência, no entanto, é que os recursos sejam rejeitados por questões processuais. Isso porque, pela jurisprudência do STF, os embargos infringentes só são possíveis se houver divergência de dois votos na turma, o que não ocorreu.

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), relator do processo, pode rejeitar monocraticamen-

te o novo recurso e decretar a execução imediata das penas. Uma decisão nesse sentido não seria inédita. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o ex-presidente Fernando Collor.

Em abril, após rejeitar os embargos de declaração e infringentes da defesa de Collor, Moraes, que também era o relator daquele processo, determinou a prisão do ex-presidente, antes mesmo da publicação da decisão final do STF, por considerar que a defesa estava tentando impedir deliberadamente o fim do processo.

Bolsonaro teve a prisão preventiva decretada no último sábado, 22, após tentar abrir a tornozeleira eletrônica com um ferro de solda. O ex-presidente está detido em uma sala especial na sede da Polícia Federal em Brasília. O STF deve substituir a prisão preventiva pelo início da execução da pena em regime fechado.

CONDENAÇÃO

Moraes comunica Câmara sobre cassação de Ramagem

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), seja comunicado sobre a perda do mandato do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que está foragido nos Estados Unidos.

Mais cedo, Moraes determinou a execução das penas de Ramagem e de outros condenados pela trama golpista.

Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o deputado foi condenado a 16 anos, um mês e 15 dias de prisão na ação penal da trama golpista.

Em função da condenação, o STF determinou que Mesa Diretora da Câmara deverá declarar a perda do mandato de Ramagem.

A perda do mandato foi decidida no dia 11 de setembro, quando a Primeira Turma da Corte condenou os réus, e deverá ser cumprida agora.

"Oficie-se à presidência da Câmara dos Deputados sobre a perda do mandato parlamentar,



STF

o qual deverá ser declarada pela Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 55, III, e § 3º, da Constituição Federal", decidiu Moraes.

FUGA

Ramagem está foragido em Miami, nos Estados Unidos. Na semana passada, uma reportagem do site PlatôBR filmou o de-

putado enquanto entrava em um condomínio da cidade norte-americana.

Durante a investigação, Ramagem foi proibido pelo ministro Alexandre de Moraes de sair do país e teve que entregar todos os passaportes nacionais e estrangeiros.

Após a descoberta da fuga, a Câmara informou que a Casa

não foi comunicada sobre o afastamento do parlamentar do território nacional nem autorizou nenhuma missão oficial de Ramagem no exterior.

A Câmara também informou que o deputado apresentou atestados médicos que abrangem os períodos entre 9 de setembro e 8 de outubro e 13 de outubro a 12 de dezembro.

PESQUISA CNT/MDA

Lula está à frente e venceria todos os adversários no 2º turno

NAOMI MATSUI/AE

Pesquisa divulgada ontem, pela CNT/MDA mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está à frente em um primeiro turno e derrotaria todos os oito adversários testados em um eventual segundo turno nas eleições presidenciais de 2026.

No primeiro turno, em um

dos cenários testados, Lula tem 42%, enquanto o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), aparece com 21,7%. Na sequência, estão Ratinho Jr. (PSD), governador do Paraná, com 11,8%; e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, com 5,7%. Brancos e nulos são 14,7% e indecisos, 4,1%.

Quando o nome de Tarcísio é substituído pelo do deputado fe-

deral Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Lula tem 42,7%; e o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), 17,4%. Ratinho Jr., 14%; e Zema, 9,6%. Brancos e nulos são 13,1% e indecisos, 3,2%.

Já em um cenário em que está a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, Lula aparece também com 42,7%, enquanto ela tem 23%. Depois, estão Ratinho Jr., com 11,4%; e Zema, 8,3%.

Brancos e nulos são 11,7%, e indecisos, 2%.

Os resultados fazem parte da 166ª rodada da pesquisa de opinião divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), em parceria com o Instituto MDA.

Foram feitas 2.022 entrevistas entre 19 a 23 de novembro, de forma presencial e domiciliar, em 140 municípios de todas

DEPOIMENTO

Promotor critica 'engessamento' de forças-tarefas em PL Antifacção

GUILHERME CAETANO/AE

O promotor do Ministério Público de São Paulo Lincoln Gakiya, jurado de morte pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), criticou o que avaliou ser um "engessamento" previsto no projeto de lei antifacção aprovado na Câmara na semana passada. Gakiya deu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado no Senado ontem. Os senadores têm ouvido autoridades e especialistas em segurança pública para investigar o avanço de facções no País.

Gakiya falava sobre a importância de maior integração e cooperação no combate ao crime entre diferentes instituições, como os órgãos federais, as polícias estaduais e os Ministérios Públicos, quando mencionou o texto relatado pelo deputado e secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite (PP) (**foto**).

Ele afirmou ver com satisfação o texto de Derrite prever a atuação dos MPs nas forças-tarefas de combate ao crime, o que não ocorre com a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco), uma estrutura de cooperação criada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em parceria com órgãos estaduais e federais de segurança.

O promotor criticou, entretanto, o que avaliou ser um condicionamento das forças-tarefas a acordos entre as diferentes instituições, por meio de acordos de



LULA MARQUES/ABRASIL

cooperação. "Vejam bem, se houver uma disputa política, se a direção da PF, ou mesmo a secretaria da Receita Federal ou mesmo a secretaria de Segurança Pública de um Estado opositor ao governo federal vai assinar um termo de cooperação. Na verdade estaremos engessando as forças-tarefas. Porque hoje elas dependem da proatividade e boa vontade dos integrantes, mas não está limitada por nada", declarou Gakiya.

O promotor afirmou ver com bons olhos haver a previsão de um termo de cooperação, "mas que seja republicano, que não esteja ligado a interesses políticos". Para ele, dificilmente um governador ou um secretário de Segurança Pública num Estado polarizado ideologicamente autorizaria a assinatura de um termo para a formação de determinada força-tarefa. "E quando a força-tarefa tiver que investigar autoridades estaduais, por exemplo? Nós tere-

mos um problema, porque fica condicionado à autorização da cúpula", disse.

O texto elaborado por Derrite prevê que os órgãos responsáveis pela investigação, persecução penal e inteligência poderão atuar de forma conjunta e coordenada em forças-tarefa integradas, "constituídas para o planejamento e execução de ações estratégicas de enfrentamento a organizações criminosas, milícias privadas e grupos paramilitares". A criação dessas forças-tarefa será, diz o projeto, "formalizada por termo de cooperação, que definirá objetivos, área de atuação, prazos, chefia operacional e critérios de sigilo e intercâmbio de informações".

SOBREPOSIÇÃO DE LEIS

Gakiya também apontou ressalva a um trecho do texto de Derrite que virou alvo principal do governo Lula: a questão da sobreposição de legislações. O Ministé-

rio da Justiça avalia que o conteúdo aprovado na semana passada pode criar um "caos jurídico" em razão do conflito de dois regramentos sobre o mesmo assunto - também preocupação do promotor.

Para ele, juízes da primeira instância aos tribunais superiores podem ter dúvida sobre como enquadrar ou desclassificar criminosos, entre a Lei 12.850 (Lei das Organizações Criminosas) e o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado, arcabouço que o texto de Derrite pretende criar e que prevê a categoria de "organização criminosa ultraviolenta". "As medidas (no texto de Derrite) são boas, mas são só aplicáveis para as organizações criminosas ultraviolentas, e não para as da Lei 12.850", afirmou Gakiya.

Questionado pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) se considera organizações como o PCC e o Comando Vermelho (CV) terroristas, Gakiya respondeu que, por mais que esses grupos promovam atos de natureza terrorista, como atentados, isso não seria suficiente para enquadrá-las na categoria. "Do ponto de vista legal, não vejo nenhum benefício para que passássemos a classificar essas organizações como terroristas, seja em termos de investigação ou de persecução penal", disse o promotor, para quem basta endurecer as penas e fortalecer as ferramentas de investigação contra as organizações criminosas, e não tratá-las como terroristas.

GESTANTES

Saúde anuncia compra de 1,8 milhão de doses da vacina contra VSR

ANDREZA DE OLIVEIRA/AE

O Ministério da Saúde anunciou ontem, a compra de 1,8 milhão de doses da vacina contra o vírus sincicial respiratório (VSR), principal causador da bronquiolite em recém-nascidos. No Sistema Único de Saúde (SUS), o imunizante estará disponível para gestantes a partir da 28ª semana.

De acordo com a pasta, o primeiro lote começará a ser distribuído aos estados e municípios nesta semana e a expectativa é que a vacinação seja realizada a partir de dezembro. A meta é vacinar 80% do público-alvo.

O imunizante foi incorporado ao Calendário Nacional de Vacinação da Gestante e é indicado para mulheres grávidas a partir da 28ª semana. A pasta informa que não há restrição de idade para a mãe que receberá a vacina e, apesar de se tratar de uma dose única, a recomendação é realizar a aplicação a cada nova gestação.

"Vacinar a gestante significa proteger o bebê mesmo antes de ele nascer", afirma Isabella Ballalai, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm).

O VSR é responsável por cerca de 75% das ocorrências de bronquiolite e por 40% dos episódios de pneumonia em crianças menores de dois anos, segundo o ministério.

Em estudos, a vacinação materna demonstrou uma eficácia de 81,8% na prevenção de doenças respiratórias graves causadas pelo VSR nos bebês durante os primeiros 90 dias após o nascimento. "O objetivo principal é proteger a mãe e o bebê", reforça a médica.

A vacina contra o VSR pode ser administrada simultaneamente com outros imunizantes e os efeitos colaterais podem ser dor no local da aplicação e vermelhidão, como outras vacinas, diz Isabella. "Por ser inativada, (a vacina) não coloca em risco nem a gestante, nem o feto, nem o bebê", completa.

Segundo o ministério, o investimento será de R\$ 1,17 bilhão e, até 2027, devem ser adquiridas mais 4,2 milhões de doses. Ainda de acordo com a pasta, a incorporação do imunizante ao SUS só foi possível devido ao acordo firmado com o Instituto Butantan e o laboratório produtor da vacina, que garantiu a transferência de tecnologia do imunizante para o Brasil.

BELO HORIZONTE

Nikolas Ferreira é condenado a pagar R\$ 40 mil por transfobia

BRUNA ROCHA/AE

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) foi condenado na última quarta-feira, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) a pagar R\$ 40 mil por danos morais a uma mulher transgênero. O caso ocorreu em 2022, quando o então vereador de Belo Horizonte chamou uma moça trans de "homem". Na época, ela havia publicado um vídeo nas redes sociais relatando um episódio de transfobia que sofreu em um salão de beleza.

"Essa pessoa aqui se considera mulher, mas ela é homem, e estava alegando transfobia. Então agora você é obrigado a depilar um pênis ou, caso contrário, você é transfóbico", afirmou Nikolas na época. Após a denúncia, o parlamentar alegou que suas críticas estavam vinculadas ao debate sobre "ideologia de gênero" e que não havia intenção de deslegitimar a dignidade da autora. O caso ainda cabe recurso.

Em suas redes sociais, Nikolas comentou a condenação: "Virou crime chamar homem de homem. Repito: virou crime dizer uma verdade biológica. Centenas de processos, nenhum condenado por corrupção, lavagem de dinheiro, desvio de emenda e roubo de aposentado. Só resta condenar por dizer verdades. Ser perseguido pelo mal é o preço de não ser

um deles".

Na sentença, o juiz André Salvador Bezerra da 42ª Vara Cível de São Paulo, afirmou que o parlamentar legitimou a conduta discriminatória sofrida pela mulher trans, "o que possui maior potencial nocivo perante toda a sociedade, configurando um verdadeiro incentivo para que outros estabelecimentos discriminem mulheres transgênero pelo país". O magistrado também destacou que as ações de Nikolas "ridicularizaram a luta pela igualdade de tratamento".

A autora havia solicitado inicialmente R\$ 20 mil, valor que foi posteriormente majorado para R\$ 50 mil, mas foi fixado em R\$ 40mil. No processo, a defesa do deputado sustentou que a republicação do vídeo "se limitou ao exercício da liberdade de expressão e manifestação político-ideológica, sem ofensas direcionadas à autora ou práticas discriminatórias".

Ainda conforme a decisão, "não há dúvida de que a autora sofreu dor capaz de caracterizar danos extrapatrimoniais de notável repercussão, em razão de declarações proferidas por titular de mandato eletivo". Além disso, Nikolas Ferreira deverá arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor total da indenização.

Nota

SAÚDE INSTALA CONSULTÓRIOS MÓVEIS EM CIDADE DEVASTADA POR TORNADO

Duas semanas depois da devastação na cidade de Rio Bonito do Iguaçu, no Paraná, causada pela passagem de um tornado, o governo federal iniciou na segunda-feira passada atendimentos médicos em seis consultórios móveis instalados na cidade. As unidades do programa Agora Tem Especialistas foram montadas dentro de dois contêineres e têm estrutura completa para consultas médicas e apoio psicológico e contam com desfibrilador, eletrocardiograma, computadores e insumos diversos. Os moradores também terão acesso a serviços de vacinação, distribuição de medicamentos e pequenas cirurgias, como remoção de verrugas e pintas para biópsia. As estruturas podem atender cerca de 50 pessoas por dia e funcionam todos os dias da semana, das 8h às 17h.

FRANÇA

Mais quatro pessoas são presas pelo roubo de joias do Louvre

O Ministério Público de Paris anunciou ontem, mais quatro prisões relacionadas ao impressionante roubo ao Museu do Louvre há mais de um mês, cometido por uma quadrilha que levou US\$ 102 milhões em joias (aproximadamente R\$ 550 milhões). Até o momento, oito pessoas foram presas.

Os dois homens e as duas mulheres detidos são da região de Paris e têm entre 31 e 40 anos, afirmou a procuradora Laure Beccuau, cujo gabinete está conduzindo a investigação.

Em sua declaração, ela não especificou qual o papel que eles supostamente desempenharam no roubo de 19 de outubro.

No entanto, segundo o jornal Le Parisien, entre os detidos está o quarto homem que participou da invasão ao museu que ganhou as manchetes em todo o mundo. Os outros três foram presos em outubro. Veja mais informações abaixo.

As peças roubadas ainda não foram recuperadas. Inclui um colar de diamantes e es-

meraldas que Napoleão deu à imperatriz Maria Luísa, joias ligadas às rainhas Maria Amélia e Hortênsia do século XIX e a tiara de pérolas e diamantes da imperatriz Eugênia.

A operação policial já prendeu outros suspeitos de integragem o grupo formado pelos autores do ousado roubo.

Os magistrados responsáveis pela instrução apresentaram acusações preliminares contra os três homens, presos em outubro, e uma mulher, que também foi detida no mês passado.

O roubo reacendeu críticas sobre o estado do museu mais visitado do mundo. O Tribunal de Contas considerou que se privilegiou as "operações visíveis e atrativas" em detrimento da segurança.

Diante de um estado de deterioração alarmante, o presidente da França, Emmanuel Macron, anunciou no início do ano um projeto "colossal" para modernizá-lo, com um novo acesso, uma sala dedicada à Mona Lisa e entradas mais caras para os não europeus.

ENTREVISTA

Secretário Bessent diz que EUA sempre serão rivais da China

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bessent, disse que os EUA e a China "sempre serão rivais", o que, na avaliação dele, "é natural", em entrevista para a CNBC ontem. No entanto, o representante dos Estados Unidos afirmou que os dois países concordaram em trabalhar juntos pela paz em meio à guerra na Ucrânia e que podem trabalhar juntos em outras questões, sem fornecer maiores detalhes.

"O presidente dos EUA, Donald Trump, que realizou a ligação para o presidente chinês, Xi Jinping, 30 dias após o encontro na Coreia do Sul", mencionou Bessent. "A rela-

ção com a China está em um bom lugar, mas a posição dos EUA sobre Taiwan não mudou", acrescentou.

Segundo Bessent, os chineses estão "dentro do cronograma" para as compras de soja. Ainda sobre a relação entre as duas principais potências econômicas, ele afirmou que podem ocorrer quatro reuniões entre Trump e Xi no próximo ano e que o republicano pode comparecer à Cúpula da Apec em Shenzhen em novembro de 2026.

Em relação à política interna, o secretário ponderou que Trump "quer o melhor para o povo americano" e que espera que Nova York "se saia bem" com o prefeito eleito, Zohran Mamdani.

CRISE DIPLOMÁTICA

Xi Jinping e Takaichi conversam com Trump em meio a tensões

PATRICIA LARA/AE

O líder da China, Xi Jinping, disse que o país e os Estados Unidos devem ampliar a lista de cooperação e reduzir a lista de problemas, a fim de obter progressos mais positivos, criar novos espaços para a cooperação e trazer mais benefícios para os povos de ambos os países e para o mundo. Os comentários ocorreram em ligação nesta segunda-feira, 24, ao presidente americano Donald Trump, segundo a mídia estatal chinesa Xinhua.

Xi Jinping delineou a posição da China, ressaltando que o retorno de Taiwan a Pequim é parte integrante da ordem internacional pós-guerra. Xi disse ainda que, dado o que está

acontecendo, é ainda mais importante que os dois lados salvaguardem conjuntamente a vitória da Segunda Guerra Mundial.

A divulgação das informações sobre a conversa ocorre em meio a uma ligação entre a primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi, e Trump. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores do Japão, Takaichi conversou com Trump por telefone a pedido dele. Os dois trocaram opiniões sobre a aliança EUA-Japão, a situação na Ucrânia e a relação EUA-China. Takaichi agradeceu ainda a Trump pelo presente: uma mensagem escrita à mão em um jornal que noticiava sua recente visita ao Japão.

ESTUDO

Pesquisa aponta que EUA podem perder influência global

PEPITA ORTEGA/AE

Os Estados Unidos são apontados como o país com maior probabilidade de perder influência global, indica relatório da Ipsos obtido com exclusividade pelo Grupo Estado. O levantamento revela que houve uma queda de 12 pontos percentuais, em relação a 2024, na confiança de cidadãos de 30 países sobre a influência positiva dos EUA no cenário global na próxima década. Os entrevistados pela agência avaliam ainda que China, Brics e Crink (Coreia do Norte, China, Rússia e Irã) vêm ganhando mais influência do que a nação presidida por Donald Trump(foto).

As informações constam de pesquisa que entrevistou 23.586 pessoas sobre questões internacionais e mundiais, assim como ameaças e segurança.

A agência aplicou questionários online, entre 19 de setembro e 3 de outubro, no Canadá, Irlanda, Malásia, Nova Zelândia, África do Sul, Turquia, Estados Unidos, Tailândia, Indonésia, Cingapura, Brasil, Holanda, Nova Zelândia, Grã Bretanha, Alemanha, Austrália, França, Bélgica, Colômbia, Coreia do Sul, Peru, México, Suécia, Chile, Polônia, Hungria, Argentina, Espanha, Itália, Japão e Índia. No Brasil, mil pessoas participaram da entrevista.

Uma seção da pesquisa é dedicada a medir os influenciadores globais, questionando aos entrevistados quais países ou blocos eles consideram que, na próxima década, terão influências em questões globais. Nesse tópico, foi possível observar uma queda dos Estados Unidos, ao passo que a confiança na China cresceu.

Conforme a Ipsos, 48% dos entrevistados dos 30 países concordaram com a influência dos EUA sobre a dinâmica global,



WIKIPÉDIA

uma queda de 12 pontos percentuais em relação ao ano anterior. A proporção de pessoas que veem impacto positivo dos EUA caiu entre 29 dos 30 países. Menos da metade delas consideram que o País terá um impacto positivo em questões globais na próxima década.

Já quanto à China, 50% dos entrevistados apontaram uma influência positiva, um crescimento de 4 pontos percentuais em relação a 2024. A avaliação sobre o impacto positivo do Brics e do Crink ficou em 46% e 33%, respectivamente.

O estudo também questionou sobre ganhos e perdas de influência de um modo geral - e o resultado foi novamente negativo para os EUA. Considerando a média dos entrevistados em 30 países, 28% entenderam que o país ganhou influência, 41% entenderam que está mantendo; e 32% que está perdendo. Em relação à China, Brics e Crink, trata-se do menor percentual de ganho de influência e o maior de perda de influência.

No caso da China, 46% dos entrevistados consideraram que

o país ganhou influência, 41% que está mantendo a influência e 13% que está perdendo. Com relação aos Brics, as avaliações ficaram em 31%, 48% e 21%, respectivamente. No caso do Crink, 31%, 44% e 26%.

Houve uma queda ainda mais expressiva na percepção dos brasileiros sobre a influência positiva dos EUA para o mundo na próxima década. De acordo com a pesquisa, 55% dos entrevistados concordaram com a afirmação, uma redução de 18 pontos percentuais em relação a 2024. Com relação à China, no entanto, 68% veem uma influência positiva do país, globalmente.

Há uma avaliação semelhante sobre a influência do Brics: 66% dos brasileiros veem uma influência positiva do bloco na próxima década. Além disso, 35% dos entrevistados consideram que o bloco está ganhando influência. A média dos 30 países sobre o mesmo tema é de 31%.

Também houve queda na percepção dos entrevistados dos Estados Unidos como o líder

mais confiável para democracias: 42% dos 28 mil entrevistados mantém a confiança, uma queda de nove pontos percentuais em relação a 2024. Entre os brasileiros, a queda foi ligeiramente maior, de 10 pontos percentuais, sendo que 47% dos entrevistados têm aquele país como líder confiável para as democracias.

TRUMP E TARIFAÇO

A versão 2025 da pesquisa ainda incluiu um segmento específico sobre o tarifaço do presidente Donald Trump. A agência questionou se os entrevistados consideram o uso da medida como uma forma efetiva para o governo norte-americano defender seus interesses econômicos. Segundo o estudo, 58% dos entrevistados concordaram com a premissa. O que chama atenção é que menos da metade dos americanos (46%) disseram concordar com as tarifas. O levantamento aponta ainda que 58% dos entrevistados dos 30 países consideram que os EUA voltarão a um "papel tradicional" após Trump deixar o cargo.

COMISSÃO EUROPEIA

Ursula vê progressos sólidos para paz duradoura na Ucrânia

THAIS PORSCH/AE

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou ontem, que observou nos últimos dias e horas "progressos sólidos e encorajadores" para uma paz duradoura na Ucrânia. Segundo ela, os parceiros da Coalizão dos Dispostos se reuniram nesta terça-feira para discutir as negociações em andamento rumo a um acordo na região. Ela também agradeceu a presença do Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, durante a ligação.

"Precisamos de uma forte cooperação transatlântica. Por que ela traz resultados. Consi-

dere o impacto significativo de nossas ondas coordenadas e sucessivas de sanções contra a economia russa. Estão reduzindo os recursos que a Rússia tem para travar sua guerra de agressão", escreveu von der Leyen na rede X.

A presidente da Comissão disse ainda que "a segurança da Ucrânia é a segurança da Europa", citando os ataques de Moscou nesta madrugada contra Kiev, com mísseis e drones che-

gando a violar o espaço aéreo da Moldávia e da Romênia.

"Os interesses da Ucrânia são os nossos interesses. Eles são inseparáveis. É por isso que continuaremos a apoiar firmemente a Ucrânia nas negociações futuras. Um ponto central é a questão do financiamento da Ucrânia, incluindo a utilização dos ativos soberanos russos imobilizados", acrescentou ela na postagem.

DETALHES

A secretária de Imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt,

afirmou que os EUA fizeram progressos consideráveis rumo a um acordo de paz no Leste Europeu, mas que existem alguns "detalhes delicados" que ainda precisam ser resolvidos, em publicação no X ontem.

"Os EUA fizeram progressos consideráveis rumo a um acordo de paz, ao trazer tanto a Ucrânia quanto a Rússia à mesa de negociações. Existem alguns detalhes delicados, mas não insuperáveis, que precisam ser resolvidos e exigirão novas conversas entre a Ucrânia, a Rússia e os EUA", escreveu na postagem.

ARTIGO EM REVISTA

Neta do ex-presidente Kennedy anuncia que tem câncer terminal

Em um artigo publicado na revista The New Yorker no último sábado, a neta o ex-presidente americano John F. Kennedy revelou ter sido diagnosticada com um câncer terminal. O anúncio ocorreu na data que marca os 62 anos do assassinato do seu avô, que foi o 35º presidente dos EUA. "Adicionei uma nova tragédia para a vida da nossa família. E não há nada que eu possa fazer para impedi-la."

Segundo a BBC, aos 35 anos, Tatiana Schlossberg é mãe de dois filhos e jornalista especiali-

zada em mudanças climáticas e meio ambiente. Ela é oponente de Robert F. Kennedy Jr., secretário da Saúde americano no governo de Donald Trump e seu primo.

Com o título de "Uma batalha com meu sangue" (em tradução livre), a filha do designer Edwin Schlossberg e da diplomata Caroline Kennedy revela que foi diagnosticada com leucemia mieloide aguda depois de dar à luz, em maio de 2024. O tratamento incluiu um transplante de medula óssea e quimioterapia, mas ela conta que os médi-

cos informaram que o prognóstico não é promissor. "Durante o último exame clínico, meu médico disse que conseguiria me manter viva talvez por um ano", escreve ela.

"Meu primeiro pensamento foi de que meus filhos, cujos rostos vivem permanentemente nos meus olhos, não se lembrarão de mim." O filho de Schlossberg nasceu em 2022 e sua filha, em 2024.

TRAGÉDIAS FAMILIARES

A história da família é marca-

da por tragédias. Um de seus tios, John F. Kennedy Jr, morreu em um acidente de avião com 38 anos de idade. O outro, Robert F. Kennedy, foi assassinado enquanto concorria à presidência. Sua avó, Jacqueline, morreu de câncer quando ela era bebê.

No início deste mês, seu irmão Jack Schlossberg anunciou o plano de concorrer ao Congresso americano pelo Estado de Nova York. Ele compartilhou o artigo da irmã no sábado, com a legenda: "A vida é curta - deixe rolar."